

**A REANEXAÇÃO DA BESSARÁBIA E A CONQUISTA DA
BUCOVINA DO NORTE SEGUNDO A
HISTÓRIA OFICIAL SOVIÉTICA**

**The reannexation of Bessarabia and the conquest of Northern
Bukovina according to official Soviet history**

**La reanexión de Besarabia y la conquista del norte de Bucovina
según la historia oficial soviética**

Anderson Franciscon¹

Moisés Wagner Franciscon²

Resumo:

Entre 1939 e 1940 a URSS recuperou vários territórios perdidos após a derrota na Primeira Guerra Mundial a partir da definição de zonas de influência pelo Pacto Ribbentrop-Molotov. As últimas dessas regiões foram a Bessarábia e a Bucovina do Norte, sob ocupação romena. Pretende-se oferecer a versão soviética dos fatos, presente em sua história oficial, publicada na URSS e em obras destinadas a levar seus motivos ao estrangeiro, num clima de Guerra Fria e de troca de acusações. Como também analisá-las diante das possibilidades e tomadas de decisões daquele momento e das reescritas e interpretações da história com a influência da Guerra Fria em sua produção. Se utiliza da análise do discurso como proposta por Maingueneau e Charaudeau, e praticada por Chomsky. Foram selecionadas publicações em russo, português e espanhol de autores oficiais soviéticos.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial. Historiografia soviética. Fronteiras soviéticas.

Abstract:

Between 1939 and 1940, the USSR recovered several territories lost after its defeat in the First World War, based on the definition of zones of influence by the Ribbentrop-Molotov Pact. The last of these regions were Bessarabia and Northern Bukovina, under Romanian occupation. The aim is to present the

Soviet version of the facts, present in its official history, published in the USSR and in works intended to convey its motives abroad, in a climate of Cold War and exchange of accusations. It also analyzes them in light of the possibilities and decision-making of that moment and the rewritings and interpretations of history with the influence of the Cold War in its production. It uses discourse analysis as proposed by Maingueneau and Charaudeau, and practiced by Chomsky. Publications in Russian, Portuguese and Spanish by official Soviet authors were selected.

Keywords: Second World War. Soviet historiography. Soviet borders.

Resumen:

Entre 1939 y 1940, la URSS recuperó varios territorios perdidos tras su derrota en la Primera Guerra Mundial, basándose en la definición de zonas de influencia del Pacto Ribbentrop-Mólotov. Las últimas de estas regiones fueron Besarabia y Bucovina del Norte, bajo ocupación rumana. Este artículo pretende presentar la versión soviética de los hechos, tal como se presenta en su historia oficial, publicada en la URSS, y en obras destinadas a transmitir sus motivos al extranjero, en un clima de Guerra Fría y acusaciones. También los analiza a la luz de las posibilidades y la toma de decisiones de ese período, así como de la reescritura e interpretaciones de la historia influenciadas por la Guerra Fría. Utiliza el análisis del discurso propuesto por Maingueneau y Charaudeau, y practicado por Chomsky. Se seleccionaron publicaciones en ruso, portugués y español de autores soviéticos oficiales.

Palabras clave: Segunda Guerra Mundial. Historiografía soviética. Fronteras soviéticas.

Introdução

Pode-se falar em re-anexação ou reconquista da Bessarábia pela Rússia, uma vez que a região pertenceu a Moscou entre 1812 e 1918, após uma série de guerras contra o Império Otomano que dominava os Balcãs, que provocaram a ocupação da região pelos russos por cinco vezes entre 1711 e 1812. No entanto, a Bucovina do Norte jamais pertenceu ao domínio russo czarista ou mesmo a Rus de Kiev. Os soviéticos poderiam até reclamá-la com base no controle da região por parte da Rússia de Kiev na Alta Idade Média e do *Regnum Russiae*, ou Reino da Galícia-Volínea (que compreendia apenas a Rutênia ou Ucrânia Ocidental de nossos dias - mas cuja população era identificada pelos vizinhos pelo termo de russos - e o sudeste da Polônia), nos primeiros séculos da Baixa Idade Média. Do fim da Idade Média até o fim da Era Moderna, a região foi disputada pelos turcos e pelos poloneses. Foi ocupada pela Rússia entre 1769 e 1774 e entregue aos poloneses em troca do seu apoio contra os turcos otomanos. Com a Primeira Partilha da Polônia em 1772, ocorreu a reclamação da área pela Áustria como forma desta atingir suas possessões na Transilvânia a partir da Galícia, que a anexou formalmente em 1775. Com o colapso do Império Austro-Húngaro no fim da Primeira Guerra, a região foi disputada por nacionalistas ucranianos e romenos. Inicialmente controlada (1918) pela efêmera República Popular da Ucrânia Ocidental, foi incorporada à Romênia logo em seguida.

A primeira vez que a região se viu sob controle de Moscou foi com o avanço do Exército Vermelho sobre os nazistas em 1944, no fim da Segunda Guerra. Com a maioria da população sendo ucraniana, seguida por uma importante minoria de romenos, a área era do interesse dos nacionalistas grão-russos há muito tempo, e interessante para Stalin poder ganhar apoio político nesse segmento da sociedade soviética. Se a Bucovina do Norte era eslava e ucraniana, a Bessarábia era de população e língua romenas³, latinas, com uma importante minoria desta sendo de origem eslava, provinda de migrações de búlgaros na Alta Idade Média. No litoral encontrava-se uma importante minoria ucraniana e russa, vinda do período czarista. Mas não existia uma maioria populacional de algum dos povos eslavos que constituíam o núcleo das Rússias czaristas⁴. O que não impedia de ser alvo dos filoeslavos, daqueles que viam Moscou como a Terceira Roma e o farol de liberdade e união de todos os eslavos, desde os movimentos nacionalistas do século XIX. O mesmo quadro pode ser aplicado à região de Hertsa e as ilhas fronteiriças do Danúbio, que também acabaram ocupadas: a primeira sendo destinada à Ucrânia e as últimas à Moldávia.

Para trazer a versão oficial soviética, foi utilizada a revisão bibliográfica dos principais livros sobre a Questão do Báltico, bem como a análise e a comparação das diferentes versões em cada autor. Para essas duas últimas, foi empregada a análise textual (CARDOSO; VAINFAS, 2011), a análise do discurso (MAINGUENEAU, 2015; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) e a técnica de leitura de mídia impressa de Chomsky (1996). O levantamento bibliográfico expôs 27 livros, 26 deles produzidos para consumo externo, para propaganda além das fronteiras soviéticas. Apenas o primeiro grande livro de uma história oficial foi criado para os próprios soviéticos. E é o único registro em russo deste levantamento. 10 destes livros estão em português. São edições impressas diretamente em Moscou por meio de editoras voltadas para a produção de material de propaganda em outras línguas. Mas também são importantes registros históricos. Muitos dos quais são relatos de marechais sobre a guerra. E por isso também foram impressos por casas editoriais portuguesas e brasileiras. Algumas, de esquerda, como a Revan. Mas o próprio marechal Zhukov teve suas memórias publicadas no Brasil pela Biblioteca do Exército brasileiro (JÚKOV, 2015).

Estas obras da história oficial soviética muitas vezes copiam trechos entre si. E, curiosamente, ao menos no material destinado à divulgação no exterior, não eram as grandes obras, como a *Istoria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza*, que eram aquelas que serviam de base, mas sim livros e capítulos muitíssimos resumidos. Assim o material simplificado de divulgação plagiava (nos casos em que não faziam a citação do material) ou se referia a outros materiais já simplificados.

A cópia de textos entre as publicações soviéticas não eram monopólio de produtos para a exportação, zelosos de uma maior unidade e homogeneidade. Mais ainda daqueles sobre a Grande Guerra Patriótica. Medvedev (1980, p.93) acaba por mostrar como a crítica ao discurso de Nikolai Bukharin no I Congresso dos Escritores Soviéticos, composta pela revista *Novyi mir*, num artigo de A. Dementiev, acaba aparecendo resumida, mas com as mesmas frases, na *Breve enciclopédia soviética*, de A. Vinkel. Duas publicações voltadas para o público interno. Isso nos leva a questão sobre até que ponto analisamos material produzido em pesquisa historiográfica e o quanto o é num formato mais próximo ao jornalismo e à repetição palavra por palavra da versão oficializada. Material mais interessante seria o das revistas especializadas, como as de história militar. Mas estas eram voltadas para um público interno seletivo. Eram difíceis de circular mesmo entre o público soviético geral.

A Istorria

A *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza* foi a primeira grande obra a abordar a Segunda Guerra, ou Grande Guerra Patriótica. Antes dela existiam discursos e análises esparsos e desconexos, remetendo ao próprio Stalin. O processo de desestalinização de Krushev impunha essa revisão. Foi lançada em seis volumes entre 1960 e 1966, já sob Brezhnev. Ela dedica toda uma seção à questão da Bessarábia: “Resolução pacífica do conflito soviético-romeno e garantia da segurança das fronteiras sudoeste e sul da URSS”, em cinco páginas.

A obra leva a questão a suas origens com a derrota na Primeira Guerra. Afirma que a monarquia romena não cumpriu os acordos com o governo revolucionário e se apropriou da região, a transformando numa colônia tão empobrecida que sua população diminuiu. Indica que moldavos e romenos são povos diferentes e que o partido comunista local evocava a política de autodeterminação nacional de Lenin⁵ - o que significaria seu desejo de permanecer na URSS. Além disso, exibe a Inglaterra, os EUA e a França como agentes do caos, do antissovietismo, do fracasso da paz, da guerra. O regime latifundiário desde os primórdios desejaria o desmembramento soviético e novas conquistas territoriais, e por isso promoveu a aliança em 1921 com a Polônia logo após a Guerra de 1920 que mutilara a URSS. A Romênia constituiria-se numa ameaça ao país em decorrência de sua fascistação progressiva⁶. A *Istorria* alega que a população era contrária à aliança com a Alemanha, tanto pelo ódio ao fascismo quanto pela memória da Primeira Guerra contra ela, o que seria provado pelos vários movimentos pacifistas, progressistas e que mesmo quando burgueses “realistas” preconizavam boas relações com a URSS⁷. Tal posição é mais cômoda no novo cenário da Guerra Fria na qual foi composta. A

Romênia agora era uma aliada, ao menos até Nicolae Ceausescu condenar a invasão da Tchecoslováquia em 1968. Era importante dissociar a população da onda do fascismo e atribuí-la apenas à elite e classes privilegiadas.

Durante as negociações para uma aliança anglo-franco-soviética para estrangular a agressão nazista que se avizinhava, a monarquia romena teria sabotado a política soviética de segurança comum ou coletiva. Em 21 de março de 1939 o país declinou das ofertas que incluíam as tropas da URSS como defensoras do país. Ela não desejaria interferir nos assuntos alemães, ou seja, “não queria interferir no ataque alemão à URSS”, preferindo fazer um pedido de desembarque franco-inglês para sua proteção na guerra iminente (POSPELOV, 1960, p.279). Com a guerra relâmpago nazista, a influência inglesa e francesa foi abandonada pela da Alemanha e a entronização final dos fascistas. As ameaças do país balcânico de destruir suas cobiçadas reservas de petróleo (que ao fim moveriam a máquina nazista) são interpretadas como uma forma de impor aos antigos parceiros ocidentais e ao novo poder alemão sua agenda antissoviética, e não uma política desesperada de um governo que deseja manter a guerra longe de seu território e de manter alguma soberania diante das pressões da Alemanha, Inglaterra e URSS. Fala-se dos acordos de troca do petróleo romeno por armas tomadas pelos nazistas aos poloneses, e numa série de choques na fronteira em meados de abril e na mobilização parcial do exército romeno em 4 de maio⁸, mas não que estes também eram provocados pela recusa soviética de reconhecer a conquista romena da região. O texto evoca uma URSS passiva, mas alguns elementos permitem inferir sua ação. Diz-se que tentou-se resolver pacificamente a questão da Bessarábia, mas a aliança crescente de Bucareste com Berlim transformou a Romênia numa ameaça à URSS e inviabilizou as soluções pacíficas para as fronteiras - ou seja, a URSS se pronunciava a respeito e não reconhecia a posse romena. As ameaças do país balcânico de destruir suas cobiçadas reservas de petróleo (que ao fim moveriam a máquina nazista) são interpretadas como uma forma de impor aos antigos parceiros ocidentais e ao novo poder alemão sua agenda antissoviética, e não uma política desesperada de um governo que deseja manter a guerra longe de seu território e de manter alguma soberania diante das pressões da Alemanha, Inglaterra e URSS, três pontos de atração e domínio. Declarações da imprensa e de membros do governo romeno reforçariam essa ameaça. O ultimato foi “medida apropriada para persuadir o governo romeno a concordar em eliminar essa injustiça histórica” (POSPELOV, 1960, p.280). O ultimato de Stalin traria a expressão “injustiça histórica”, que seria repetida a partir daí⁹. Em momento nenhum a divisão de áreas de influência proporcionada pelo Pacto Ribbentrop-Molotov é citada. Pelo contrário, a não intervenção nazista é explicada pelo receio de uma guerra em duas frentes, com a Inglaterra e a

URSS, e um ataque soviético ao petróleo romeno¹⁰ em Ploiești. No dia 28 de junho, o Exército Vermelho avançou diante do aceite romeno (POSPELOV, 1960, p.281).

Suas unidades, ao invés de recuarem ordenadamente, se dispersaram deixando material bélico para trás¹¹. Os soviéticos teriam sido recebidos pelos moldavos com festas e simbolismos camponeses de boas-vindas¹². O partido comunista romeno teria aceitado a reconquista da área como reparação da “injustiça histórica” e oportunidade para a amizade sincera entre os dois países. O partido comunista moldavo teria emitido uma declaração que ressoa as expectativas do Kremlin diante da dubiedade das alianças em formação. Menciona inimigos e uma guerra contra a URSS, mas não os menciona. Ingleses liberais ou alemães nazistas?¹³ A ação soviética teria sido o da unificação nacional moldava, antes divididos entre os dois Estados, além de ser baseada nos pedidos de 1918, os primeiros efetuados pela emancipação da região diante da Áustria, de união com a URSS e de adoção do socialismo. Menciona que a fronteira sul, a última a ser retificada, estava segura. Mas ecoa a lembrança; a de outro território perdido pela URSS na Primeira Guerra: Kars, na Turquia¹⁴, e as tensões com o membro da OTAN em sua fronteira sul, que levaria à Crise dos Mísseis dois anos depois da publicação. Essa questão territorial não se encerraria com a Bessarábia.

As relações romeno-soviéticas eram mais tensas do que a *Istoria* relata. A Romênia se recusou a assinar um tratado de não-agressão em 1936, e inclinou-se para o Eixo. Em 1937 o ministro soviético das Relações Exteriores Maxim Litvinov alertou para o não-reconhecimento soviético da ocupação romena. No fim de março de 1940 foi Molotov quem o fez, no mesmo momento em que a Guerra de Inverno terminava e a URSS se via livre para agir, mobilizando tropas na fronteira a partir de abril.

Edições da *Istoria* e outras fontes soviéticas

A segunda edição da *Istoria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*, 1975, resumida da edição de 1970 para divulgação no estrangeiro, dispõe de três parágrafos para tratar especificamente da questão da Bessarábia, e algumas linhas esparsas para as relações com o governo fascista e militarizado da monarquia da Romênia controlada por Antonescu como primeiro-ministro e *Conducător*. A incorporação da região pela Romênia em 1918 é definida como “anexação violenta” promovida por um “governo monárquico burguês-terratenente”. Utiliza a mesma expressão que usou para explicar a anexação dos territórios ocidentais da Ucrânia e da Bielorrússia pela Polônia controlada pelos militares: a região fora “arrancada” da URSS e do socialismo pelos romenos. É lembrado que tal situação jamais foi reconhecida pela URSS, o que

tornava legítima a reincorporação. Essa reunificação tornara-se essencial em função do “asseguramento das fronteiras soviéticas”, que é o título da seção do livro. Insere-se no mesmo problema fronteiro da Ucrânia e Bielorrússia ocidentais, do Báltico e da Carélia. A Bessarábia, como elas, fora território do Kremlin, roubado após a Primeira Guerra, ou Guerra Imperialista, e que agora, mais do que nunca, eram necessários para opor ao avanço do nazismo uma fronteira segura, que uma vez rompida desse tempo para Moscou organizar o contra-ataque. Sem esse lapso de tempo a reação ao nazismo estaria comprometida. Uma aliança ou neutralidade com a região, mantendo o controle romeno, seria impossível em decorrência do avanço “dos elementos fascistas” no país, que ameaçavam os pacifistas comunistas e progressistas em sua luta antifascista. Reconhece-se que a população é moldava e não eslava (POSPELOV, 1975, p.42), mas não se usa o termo romenos, como o governo da Romênia defendia. No emaranhado de identidades europeias, alguns consideram romenos e moldavos o mesmo povo, enquanto outros os percebem como povos separados mas próximos.

A *Istoria* lembra que a definição das fronteiras no sul foi a última etapa do problema, após a resolução das questões polonesa, báltica e finlandesa. A Guerra de Inverno com a Finlândia terminara em 13 de março de 1940. Em 26 de junho a URSS enviou um ultimato à Romênia, exigindo a Bessarábia e a Bucovina do Norte. A *Istoria* não aponta que esta última nunca pertencera à URSS, clamando pela união nacional com os ucranianos da região, uma “legítima exigência” aceita por Bucareste. O Exército Vermelho cruzou a antiga fronteira no rio Dniester e em 30 de junho atingiu a nova, no rio Prut. O que é hoje a Transnístria era naquele momento uma república autônoma dentro da Ucrânia, a então Moldávia soviética. A Bessarábia foi incorporada a esta, que foi elevada ao status de república federada, como a própria Ucrânia, que ficou com a Bucovina, agora a região de Chernovitsy. “Así se puso fin a una injusticia histórica que había durado veintidós años”, tratando-se de “uma resolução da questão nacional” (POSPELOV, 1975, p.42-43). Não se menciona que a URSS ocupou também áreas que não estavam definidas no ultimato: Hertsa e as ilhas do Danúbio, nem que a Bucovina jamais integrara território sob controle de Moscou ou Kiev. O processo de redefinição de fronteira foi diferente do dos demais casos: revoluções internas no Báltico, uma guerra vitoriosa na Polônia, uma guerra que fora uma vitória de Pirro na Finlândia e que quase se transformou numa frente comum liberal e nazista anticomunista. A URSS não podia se dar ao luxo de promover uma guerra no Báltico, com uma intervenção anglo-britânica mais do que provável e com um histórico bélico de dificuldades e derrotas para Moscou, como fora o apoio britânico aos brancos na região e em sua separação durante a Revolução Russa (BEEVOR, 2024).

Mas este não era o quadro da Bessarábia. Seus largos rios não eram obstáculos ao avanço russo. Por diversas vezes, desde Catarina a Grande, os exércitos de Moscou cruzaram os rios em balsas e penetraram profundamente na área, chegando a atingir os arredores de Constantinopla nos séculos XVIII e XIX. A exceção fora a Guerra Russo-Turca de 1877-78. Os exércitos do czar Alexandre II empacaram no caminho para a capital turca, o que permitiu a ameaça de uma reedição da Guerra da Crimeia, com tratativas de potências europeias como a Inglaterra e a Áustria de tomarem o partido otomano. O regime fascista romeno conhecia esse histórico, ao qual devia sua própria independência dos otomanos. Seu terreno não facilitava a defesa, como o litoral recortado e os pântanos do Báltico, ou o istmo, lagos e florestas finlandesas. E numa era de guerras mecanizadas e de avanço relâmpago, a ação franco-inglesa a seu favor, ao contrário da Finlândia, era improvável. Acima de tudo, como a própria *Istoria* de 1960 lembra (POSPELOV, 1960, p.281)., a Grã-Bretanha não poderia intervir pois assim que se retirou de Dunquerque e a França caiu, se viu travando a Batalha da Inglaterra.

A *Istoria* de 1975 afirma que ainda em 18 de dezembro de 1940 já teriam se iniciado os planos para a Operação Barbarossa, que previam a ocupação de Leningrado a partir do Báltico e assim a destruição da Frota do Báltico da URSS, e o avanço ao sul, na direção de Kiev, a partir da Fronteira sudeste da antiga Polônia mas também pela fronteira da Romênia.

“Los hitlerianos procuraron reforzar las relaciones con Bulgaria, Rumania, Hungría y Finlandia. Los rapaces planes de la Alemania fascista contra la Unión soviética encontraron el pleno apoyo de las esferas gobernantes de estos Estados. Su antisovietismo las impulsionaba a incorporarse a la «cruzada contra la URSS», con la esperanza de apoderarse de nuevas tierras” (POSPELOV, 1975, p.26-28).

Em 23 de novembro de 1940 foi a vez da Romênia assinar a aliança com os nazistas.

“El dictador de este país, Ion Antonescu, lo puso a la entera disposición de Alemania. A Rumania fueron llevadas tropas alemanas, que ocuparon todos los puntos estratégico-militares más importantes. El Gobierno rumano se comprometió a preparar las tropas necesarias y aumentar los suministros de petróleo y productos agrícolas al ejército hitleriano. En la primera mitad de 1941, entre Hitler y Antonescu se concertó un acuerdo de agresión conjunta a la Unión Soviética. La camarilla fascista de Antonescu había proyectado apropiarse la Moldavia Soviética y las regiones meridionales de Ucrania” (POSPELOV, 1975, p.27-28).

A *Istoria* lembra ainda que a Romênia auxiliava os nazistas com seu petróleo e 13 divisões e nove brigadas para a invasão, integrados no 3^o e 4^o Exércitos romenos na direção Sul, além de 1300 aviões romenos e húngaros (POSPELOV, 1975, p.29-30).

A reunificação traria vários benefícios:

“La consecuente lucha de la URSS por la paz y por garantizar su seguridad en vísperas de la segunda guerra mundial y en su primer período dio considerables resultados. Se hizo más firme la situación internacional de la URSS y creció su autoridad entre otros Estados. Mejoró la situación estratégica del país. La nueva frontera occidental extendíase de 200 a 350 kilómetros más adelante que la anterior. Esto significaba que se había alargado la distancia entre la frontera e importantes centros vitales de la URSS. Mejoraron mucho las condiciones de dislocación y maniobra” (POSPELOV, 1975, p.43).

A ordem dos assuntos não é cronológica. O regime fascista de Antonescu aparece antes do relato das mudanças históricas de controle sobre a área, o que auxilia na identificação do leitor com os direitos reivindicados.

Outra edição da *Istoria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*, 1985, igualmente para distribuição no exterior, resume ainda mais o material de suas antecessoras. Ela lembra o apoio romeno para a invasão da Grécia, cedendo seu território, ao lado da Bulgária, para a incursão alemã (ZHILIN, 1985, p.27). Mas destina apenas um único parágrafo a anexação:

“En verano de 1940 se devolvieron a la URSS Besarabia y Bucovina del Norte, arrebatadas a la joven República soviética en 1918 por el gobierno burgués-terrateniente de la Rumania monárquica. También en el sudoeste se fortalece la seguridad de centros importantes de la URSS” (ZHILIN, 1985, p.38).

A Bucovina seria por direito parte da URSS, mesmo nunca tendo sido controlada por ela até aquele momento. Esta versão confunde a soberania com o pedido de anexação feito pelos revolucionários da região em 1918, conforme a *Istoria* de 1960.

A história oficial do Partido Comunista da URSS fala em reincorporação territorial, com bases históricas, a região ter sido arrancada violentamente, e populares, o desejo de unificação do povo ucraniano, além de serem bases de ataque nas mãos fascistas (PONOMARIOV, 1962, p.538-539). O famoso publicista e escritor Ehrenburg comenta brevemente a Guerra de Inverno, seu diário com as datas das agressões nazistas na Escandinávia e Europa Ocidental, e mesmo conversas críticas sobre o Pacto Ribbentrop-Molotov em Moscou, mas nada sobre a Questão Moldava (EHRENBURG, 1966, p.255; 256; 280). Bezimenski (1967, p.132) menciona a anexação de territórios poloneses, ou ucraniano e bielorrusso ocidentais, mas não a Questão Moldava. Revunenkov (1969, p.133) diz apenas que a região ingressou na URSS após a ocupação romena. O tópico faz parte da seção “A guerra soviético-finlandesa e seus resultados”.

Nikolaev e Israelian (1970, p.33) dedicam um brevíssimo parágrafo ao tema. Nele chamam a Bessarábia por Moldávia e falam em restituição conjuntamente com a Bucovina. Na seção *Novas repúblicas e regiões ingressam na URSS*, Poliakov, Leltchuk e Protopópov citam brevemente a Questão Moldava, no mesmo parágrafo sobre o Báltico. A usurpação da Bessarábia e a união nacional ucraniana na Bucovina são lembradas. “Os povos moldavo e ucraniano

puderam reunir-se num só Estado” (POLIAKOV; LETCHUK; PROTOPÓPOV, 1979, p.297; 300).

Lebedev (1983, p.98) insere a união entre fascistas alemães e romenos logo após a queda da França, elegendo a URSS como alvo. Ele cita o ultimato de Moscou¹⁵ e a elevação da Moldávia à República Federada em 2 de agosto de 1940. Samsónov (s/d, p.225) novamente diz que “el Gobierno soviético consiguió restablecer la justicia por vía pacífica”, dedicando um parágrafo à questão.

Riábov (1983, p.33) fala na “reunificação dos povos ucraniano, bielo-russo e moldávio (1939)”, o que era “uma brilhante etapa da solução da questão das nacionalidades nas vésperas da guerra”. Interessante que o autor se engana quanto a data, a unindo com a Questão Báltica, quando ocorreu após a Guerra de Inverno. Kulkov, Rjchevski e Tchelichev mencionam a Bessarábia e a Bucovina no mesmo parágrafo que tratam da Questão Báltica. Para eles, a política externa da URSS em 1939-40 foi denegrida por mitos e “mentiras pseudocientíficas” de uma alegada agressividade soviética. As conversações germano-soviéticas de novembro de 1940 não teriam como fim a delimitação de esferas de influência, como a Romênia, em decorrência dos preparativos já adiantados de invasão da URSS pela Alemanha (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1984, p.76-79). Grechko (1985, p.12) dedica dois parágrafos ao tema. Lembra que a região foi tomada em 1918, que a Bucovina era habitada por ucranianos, que a Romênia se inclinava para o Eixo. E complementa com a traição inerente ao fascismo:

“A solução pacífica da questão da Bessarábia criou condições favoráveis para o desenvolvimento das relações econômicas, políticas e culturais normais entre a URSS e a Romênia, o que, no final das contas, foi um fator importante da paz no Sudeste europeu. Mas os círculos governamentais rumanos não aproveitaram esta oportunidade e, em junho de 1941, atacaram a União Soviética” (GRECHKO, 1985, p. 12).

Stalin (1946) concentra seus discursos após a invasão nazista e não menciona a Bessarábia ou questões de fronteira. A Academia de Ciências da URSS (1985) não faz menção ao caso. O importante diplomata Maiski (s/d), que tomou parte nas negociações da fracassada aliança antinazista com Inglaterra e França e com o Pacto Ribbentrop-Molotov de 1939 não menciona a divisão de áreas de influência e a situação da Romênia neste. O marechal Zhukov (1970) simplesmente não menciona a situação da Bessarábia, e nem mesmo da Polônia, apesar de comandar o distrito militar de Kiev, e deste estar ao lado da antiga fronteira com a Polônia, e próximo também do eixo sul onde se encontrava a fronteira romena, para a qual parte de suas tropas se dirigiu. Menciona apenas brevemente a Finlândia. Durante o mês de junho de 1940 afirma ter estado em pontos de defesa da fronteira mais ao norte: Tarnopol, Lvov, Vladimir-

Volynski e Dubno (ZHUKOV, 1970, p.190). Ieremeev (1985), apesar de escrever uma história da URSS na guerra, não menciona a Questão da Bessarábia. Gladkov (1981) se limita a atos heróicos de marechais e generais, apesar de um dos biografados, Rokossovsky, ter participado do avanço militar sobre a Bessarábia. Eremenko (s/d) não traz qualquer elementos anteriores à batalha de Stalingrado, como o faz Konev (1970) para antes do ano de 1945. O general Tchuikov (1966) faz um breve resumo do que ocorreu antes de Stalingrado, mas se inicia já no fatídico 22 de junho de 1941. Em seu outro livro (TCHUIKOV, 1980), principia com a Operação Bagration, de junho de 1944. O mesmo fez Samsonov (1986) em sua pesquisa sobre Stalingrado, e Sevruk (1970). O general Shtemenko (1985), focado em ações militares das quais participou, descreve a campanha polonesa e menciona a finlandesa, mas não a situação na Bessarábia. Rozanov (1963) inicia a partir da Operação Valquíria, o atentado contra Hitler em 1944. Em suas memórias, Ehrenburg, importante publicista, fala da Polônia, cita de relance a Finlândia mas não o Báltico ou a Bessarábia. As fontes soviéticas poderiam clamar a falta de reconhecimento internacional da presença romana na Bessarábia, o que a tornava uma ocupação e dava legitimidade a suas reivindicações. Mas isso poria em questão a Bucovina do Norte e o Hertsa.

As fontes soviéticas silenciam sobre a chegada dos fascistas da Guarda de Ferro ao poder em Bucareste. O marechal Antonescu tomou o poder apenas com o impacto da perda da Bessarábia, no começo de setembro de 1940. A perda dos territórios para a URSS em junho teve seu peso nessa ascensão, mas ela se completou apenas com novas perdas territoriais no mês seguinte, agosto, para outros países fascistas sob pressão destes e da Alemanha: a Dobruja do Sul para a Bulgária e a Transilvânia para a Hungria. O peso dos fascistas já fizera cair governos romenos adeptos da não-agressão em 1936 e assassinaram o primeiro-ministro Armand Călinescu, adepto da neutralidade, em setembro de 1939. O país se via fraturado e repartido e a extrema-direita, já forte, conquistou o poder, apesar de suas ligações com a maioria dos vizinhos que obtiveram territórios romenos.

As duas primeiras edições da *Istoria*, escritas durante a Guerra Fria, constroem um quadro semelhante ao exposto nas demais definições de fronteiras europeias e de supressão da ordem emanada do Tratado de Versalhes (Versalhes, em 1919, não ordenou as fronteiras soviéticas. Isso foi feito numa série de acordos posteriores, como a Paz de Riga de 1920, entre Polônia e URSS, ou o Tratado de Tartu, de 1920, entre Estônia e URSS, mas a presença das potências vencedoras se fazia sentir. Nesse sentido pode-se falar em uma ordem de Versalhes). A Alemanha nazista era o inimigo derrotado. Os inimigos do dia eram as potências ocidentais. Em muitos aspectos, a Inglaterra se faz mencionar mais como inimiga do que Berlim. Apesar da pouca presença americana, limitada pelo isolacionismo adotado após Versalhes, os Estados

Unidos também são apresentados como fomentadores da agressão nazista. Várias das publicações soviéticas são exatamente sobre essa versão: os muniquenses provocaram a Segunda Guerra ao direcionar a agressão nazista contra a URSS, e não a impedir com um tratado de paz coletiva, voltado contra o expansionismo fascista. *Quién ayudó a Hitler* destina-se a isso. Maiski não menciona a Bessarábia, mas toda a questão fronteiriça soviética se explica pelas tentativas de governos liberais e conservadores do Ocidente de atizar Hitler contra Stalin e mesmo de formar uma alegada frente comum ao lado do nazismo numa nova guerra imperialista contra a União Soviética. Foram as potências ocidentais, e não a Alemanha nazista, quem incentivaram a já reacionária e antissoviética elite romena de aristocratas, latifundiários e capitalistas a não firmar acordos de assistência e segurança mútua que teriam freado a guerra. Elas, até mais do que o Eixo com seu Pacto Anti-Komintern de 1936-37, teriam influenciado a Romênia a ser hostil e uma ameaça contra a URSS.

Cenário interessante para a guerra cultural da Guerra Fria: a agressão partiria do mundo capitalista, e não da URSS contra seus vizinhos. Com a Segunda Guerra Fria provocada pelo belicismo de Reagan, as fontes soviéticas retomam essa visão com mais afinco, renegando a imagem de uma violenta invasão do Afeganistão em 1979 como herdeira das questões do Báltico, Polônia, Finlândia e Romênia; seria uma fantasmagoria que encobriria a natureza bélica e destrutiva do capitalismo e de seus regimes (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985). Em outras palavras: a União Soviética sequer teria desfeito Versalhes e recuperado territórios que seriam seus por direito histórico ou nacional se não fossem as armadilhas e artimanhas do capitalismo em sua forma liberal, conservadora ou fascista.

A historiografia ocidental, num clima de guerra cultural e renascimento das abordagens tendo por base a falha teoria do totalitarismo tem se concentrado nas questões polonesa e báltica (BEEVOR, 2015; GILBERT, 2014; HASTINGS, 2012; OVERY, 2009; JUDT, 2008). Os olhos dos historiadores conservadores tendem a não se direcionar para os prados e roças da Bessarábia. Mas foi a passagem da Romênia para a órbita nazista que levou ao fim prático do Pacto Ribbentrop-Molotov. Pelo acordo, o país deveria ser uma zona tampão, neutra, com exceção da zona reivindicada por Moscou. Molotov, em sua visita a Berlim em novembro de 1940, declinou de qualquer oferta nazista de transformar o acordo numa aliança, com a URSS invadindo a Índia Britânica, segundo os pedidos de Ribbentrop, ao atentar para a violação nazista (KERSHAW, 2008).

Conclusão

Ao longo de três décadas, a historiografia oficial soviética repisou ou copiou na íntegra os mesmos argumentos para a reanexação da Bessarábia e a ocupação da Bucovina do Norte, vindos da primeira versão da *Istoria*, de 1960. Às vezes o inimigo fascista, na Romênia ou na Alemanha, era eclipsado pelos rivais capitalistas, em especial a Inglaterra, mas incluindo o isolacionista Estados Unidos, o que coincide com momentos agudos da Guerra Fria. A própria natureza do fascismo na Romênia acabava sendo adiantado cronologicamente para coincidir e legitimar as ações soviéticas, que buscariam a segurança de suas fronteiras com a eliminação de possíveis praças de armas inimigas, o distanciamento de seus centros populacionais e industriais do ataque inimigo com essa fronteira mais distante como forma de derrotar o nazismo e salvar a humanidade, desfazer a “injustiça histórica” que foi a ordem de Versalhes que arrebatou várias regiões da Rússia revolucionária, e a unidade nacional de povos que habitavam a URSS, como o ucraniano e o moldavo.

Referências:

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DA URSS. **A Grande Guerra Pátria do povo soviético e a actualidade**. Moscou: Nauka, 1985.
- BEEVOR, Antony. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- BEEVOR, Antony. **Rússia: Revolução e Guerra Civil, 1917-1921**. São Paulo: Crítica, 2024.
- BEZIMENSKI, L. **O militarismo alemão com/sem Hitler**. Rio de Janeiro: Saga, 1967. 2v.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.
- DEBORIN, G. **La Segunda Guerra Mundial: ensayo político-militar bajo la redacción del general mayor I. Zubkov**. Moscou: Editorial Progreso, 1977.
- EHRENBURG, Ilya. **Memórias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964-66, 7v.
- EREMENKO, A. **Estalinegrado: notas do Comandante em Chefe**. Lisboa: Editora Arcádia, s/d.
- FIGES, Orlando. **Uma história cultural da Rússia**. Rio de Janeiro: Record, 2017.
- GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **Em nome de Roma: Os conquistadores que formaram o império**. São Paulo: Crítica, 2016.

- GRECHKO, A. **Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985.
- HASTINGS, Max. **Inferno: o mundo em guerra, 1939-1945**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- IEREMEEV, Leonid. **A União Soviética na II Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Revan, 1985.
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1914**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- JÚKOV, G. K. **Memórias e Reflexões**. Rio de Janeiro: BIBLIEX Biblioteca do Exército, 2015.
- JÚKOV, G. K. **Memórias e Reflexões**. Rio de Janeiro: BIBLIEX Biblioteca do Exército, 2015.
- JVOSTOV, V. M.; ZUKOK, L. I. **História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- KERSHAW, Alex. **Dez decisões que mudaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- KONEV, I. S. **El año 45**. Moscou: Progreso, 1970.
- KULKOV, E.; RJECHEVSKI, O.; TCHELICHEV, I. **A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial**. Lisboa: Editorial “Avante”, 1985.
- LEBEDEV, N. **La URSS en la política mundial**. Moscou: Progreso, 1983.
- LOTOTSKII, S.; ALTGOVZEN, M.; VNOTCHENKO, L.; LIPTSA, S. et al. **El Ejército Soviético**. Moscou: Progreso, 1974.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.
- MAISKI, I. **Quién ayudó a Hitler**. Moscou: Progreso, s/d.
- MEDVEDEV, Roy. **Os últimos anos de Bukharin**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- NIKOLAEV, I; ISRAELIAN, V. **La Segunda Guerra Mundial**. México: Allende, 1970.
- OVERY, Richard. **1939: contagem regressiva para a guerra**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- POLIAKOV, L.; LELTCHUK, A.; PROTOPOPOV, A. **História da Sociedade Soviética**. Moscou: Progreso, 1979.
- PONOMARIOV, B (org.). **Historia del Partido Comunista de la Unión Soviética**. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1962.
- POSPELOV, P. (org.). **Istoria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuza**. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v.
- POSPELOV, P. (org.). **La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética**. Progreso: Moscou, 1975.
- REVUNENKOV, V. **História dos Tempos Atuais**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1969.
- RIÁBOV, Vassili. **O grande feio do povo soviético e do seu exército**. Moscou: Progreso, 1983.
- ROZANOV, G. **El hundimiento de la Alemania fascista**. Moscou: Editorial Progreso, 1963.
- SAMSÓNOV, A. **Compendio de Historia de la URSS: desde la Gran Revolución Socialista de octubre hasta nuestros días**. Moscou: Progreso, s/d.
- SAMSONOV, A. **La batalla de Stalingrado**. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- SEVRUK, V (org.). **Moscú 1941-1942 Stalingrado: relatos de mariscales, escritores y publicitas**. Moscou: Progreso, 1970.
- SHTEMENKO, S. **El Estado Mayor Central durante la Guerra**. Moscou: Editorial Progreso, 1985.

STALIN, J. **La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética**. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1946.

TCHUIKOV, Vasili. **A Batalha de Stalingrado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TCHUIKOV, Vasili. **O fim do Terceiro Reich**. Moscou: Progresso, 1980.

ZHILIN, P (org.). **La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-1945**. Moscou: Progreso, 1985.

ZHUKOV, G. K. **Memorias y meditaciones**. Santiago: Zig-Zag, 1970.

Notas:

¹ Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa Associado Universidade Estadual de Maringá (UEM)/ Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atualmente é servidor estatutário na Prefeitura Municipal de Campo Mourão, PR; Pesquisador no LAPHA - Laboratório de Pesquisa em Habitação e Assentamentos Humanos – UEM; Pesquisador no Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM – GEURF – Unespar. E-mail: a.franciscon@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0072-8945>

² Doutor e pós-doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mw.franciscon@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7795-3270>

³ O povo romeno é constituído por uma miscelânea de migrações de origens diversas. Nacionalistas da formação do Estado independente na virada dos séculos XIX para o XX e o regime socialista promoviam o mito da formação por duas únicas correntes: os dácios bárbaros originários e os legionários e colonos romanos da Dácia de Trajano em seguida, vindos da península itálica. Mas antes dos dácios já existiam celtas. Os colonos romanos provinham em boa medida da Ásia (Turquia) e Egito (GOLDSWORTHY, 2016), e a eles se acrescentaram godos germânicos, eslavos, túrquicos, etc.

⁴ Os czares reclamavam o domínio sobre quatro Rússias: a Rússia, a pequena Rússia (Ucrânia), a Rússia Branca (Bielorrússia) e a Rússia Vermelha (Polónia) (FIGES, 2017).

⁵ “Nas fronteiras sudoeste da URSS, o governo real romeno perseguia abertamente uma política hostil. O governo burguês-latifundiário da Romênia, aproveitando-se da fragilidade temporária da jovem República Soviética, violou perfidamente o acordo concluído com ela em março de 1918 sobre a libertação da Bessarábia pela Romênia e, em conluio com os militaristas alemães, arrancou esse território do Estado soviético, transformando-o em sua própria colônia desprivilegiada. As ações da Romênia foram apoiadas pela Inglaterra, França e EUA. Reprimindo implacavelmente o movimento revolucionário, os boiardos e militares romenos estabeleceram um regime de terror sangrento e roubo na Bessarábia, que levou ao esgotamento completo de suas forças produtivas, à ruína dos trabalhadores e à diminuição da população bessarábia. O povo romeno não apoiou a política dos círculos dirigentes do país em relação à Bessarábia. Expressando sua vontade e interesses, o Partido Comunista da Romênia, desde os primeiros dias de sua existência (1921), travou uma luta consistente pela implementação do slogan de Lenin de autodeterminação nacional de todos os povos” (POSPELOV, 1960, p.278).

⁶ “Sua política agressiva estava intimamente ligada à sua dependência política e econômica das potências imperialistas. Temendo a influência das vitórias do socialismo na URSS sobre as massas romenas, que lutavam contra a opressão dos exploradores, as classes dominantes do país fizeram dela um trampolim para a política imperialista antissoviética das potências ocidentais. Os principais partidos governantes — o Nacional Monarquista e o Nacional Liberal — viam a Romênia como base para uma cruzada imperialista contra a URSS. O líder do Partido Nacional Monarquista, Iuliu Maniu, declarou cinicamente em 1930 que “a Romênia é uma espada desembainhada pronta para defender o velho continente”. No final de 1937, Maniu formou um bloco eleitoral com a maior organização fascista, a Guarda de Ferro, que abriu caminho para o estabelecimento de uma ditadura fascista no país. O Partido Nacional Liberal também contribuiu ativamente para a fascistização do país” (POSPELOV, 1960, p.278).

⁷ “A “Guarda de Ferro”, apoiada por ambos os partidos, o latifundiário romeno e a burguesia, era uma organização terrorista subversiva dos círculos mais reacionários da Romênia e, ao mesmo tempo, um agente hitlerista no país. Contava com o apoio de forças reacionárias estrangeiras. A política antissoviética dos governos burgueses-latifundiários encontrou uma reação negativa das massas. A adesão da Romênia à coalizão fascista foi impopular, visto que o povo nutria um sentimento de ódio pelo militarismo alemão desde a Primeira Guerra Mundial, que havia tomado o país na época e causado grande sofrimento à sua população. Expressando os interesses vitais do povo, o Partido Comunista da Romênia, mantido na clandestinidade, lançou um intenso trabalho para organizar a luta contra a fascistização do país e a preparação de uma guerra antissoviética. O Partido Comunista foi seguido por organizações democráticas legais lideradas por ele ou por ele influenciadas: o Comitê Nacional Antifascista, a Liga Trabalhista, a Frente Democrática Estudantil, o Bloco Democrático, a Frente dos Camponeses, os sindicatos unitários, etc. A Sociedade dos Amigos da URSS, fundada em 1934, a Sociedade para a Manutenção das Relações Culturais entre a Romênia e a União Soviética, fundada em 1935, e outras organizações de massa antifascistas e antiguerra criadas por iniciativa do Partido Comunista, defendiam o estabelecimento de relações amistosas e de boa vizinhança entre a Romênia e a URSS. Políticos romenos renomados, como o Dr. Petru Groza, alguns estadistas burgueses mais realistas, como Nicolae Titulescu, Dr. Nicolae Lupu, Dimitru Dobrescu, Grigore Iulian e muitos representantes proeminentes da cultura romena, defendiam a melhoria das relações com a União Soviética. Após a divisão do mundo imperialista em dois blocos hostis, o processo de fascismo na Romênia se acelerou, o terror contra os movimentos operários e democráticos se intensificou; Ao mesmo tempo, a influência da Alemanha nazista na política externa dos governos reacionários da Romênia tornou-se cada vez mais sentida. O Rei Carol II manobrou entre as duas coalizões capitalistas e tomou o lado da Inglaterra e da França, depois o lado da Alemanha, dependendo da situação internacional. Mas, com todas essas variantes de orientação política, a monarquia romena buscou participar do ataque à URSS” (POSPELOV, 1960, p. 279).

⁸ “Os sucessos militares da Alemanha na Europa Ocidental provocaram um reagrupamento nos círculos dominantes da Romênia. Enquanto os apoiadores da orientação inglesa perdiam influência, as posições dos grupos pró-alemães se fortaleciam cada vez mais. Representantes destes últimos acreditavam que, em uma aliança com os fascistas alemães, os capitalistas e latifundiários romenos não apenas conseguiriam defender seus privilégios de classe e manter os territórios conquistados, mas também conquistar novos. O embaixador alemão em Bucareste, Fabricius, relatou que a elite dominante romena buscava a salvação “em alinhamento com a Alemanha”². “O alinhamento com a Alemanha” refletiu-se na conclusão, em abril de 1940, do chamado “pacto do petróleo”, segundo o qual a Romênia era obrigada a fornecer petróleo e derivados à máquina militar alemã, e a Alemanha era obrigada a entregar à Romênia uma grande remessa de armas provenientes dos troféus de guerra capturados na Polônia. “A chegada dessas armas”, disse o primeiro-ministro romeno Tatarescu ao embaixador alemão, “causará uma excelente impressão em toda a Romênia e ajudará a aumentar a popularidade da Alemanha. Além disso, é necessário fortalecer a posição política da Romênia em relação à Rússia”. A partir de meados de abril de 1940, a reação romena organizou uma série de incidentes na fronteira romeno-soviética. Em maio, uma mobilização parcial do exército romeno foi realizada de forma ostensiva. Ao mesmo tempo, o rei enviou um de seus generais a Berlim com um pedido para que a Alemanha prestasse assistência na criação de uma “muralha oriental” na fronteira romeno-soviética, sob o pretexto de “construção de estradas”. Os políticos romenos continuaram a declarar que “a Romênia, se necessário, responderá à Rússia na questão da Bessarábia pela força das armas”. Ao mesmo tempo, o governo romeno, buscando garantir apoio para sua política antissoviética, intimidou tanto os imperialistas alemães quanto os anglo-franceses com a ameaça de destruição completa da indústria petrolífera em caso de ação militar, acrescentando significativamente que “os preparativos para isso já haviam sido feitos”. Em 29 de maio de 1940, Tatarescu declarou ao embaixador alemão que “a cooperação estreita (com a Alemanha. — Ed.) deve ser eficaz não apenas em uma área econômica, mas em todas (sublinhado no documento. — Ed.) as outras”. O Ministro da Corte informou ao mesmo embaixador que “o rei não fala mais de neutralidade, mas está cada vez mais se inclinando para a Alemanha”. O chefe da polícia estatal romena também, em nome do rei, informou ao enviado alemão Killinger que “se a intenção dos estados aliados de atacar for descoberta, informaremos imediatamente a Alemanha sobre os planos de ataque, para que as tropas alemãs não cheguem tarde demais” (POSPELOV, 1960, p. 280).

⁹ “Na noite de 26 de junho de 1940, o governo soviético entregou uma declaração ao enviado romeno a Moscou, Davidescu, na qual afirmava que “a União Soviética considera necessário e oportuno, no interesse do restabelecimento da justiça, iniciar, juntamente com a Romênia, uma resolução imediata da questão da devolução da Bessarábia à União Soviética. O governo da URSS acredita que a questão da devolução da Bessarábia está organicamente ligada à questão da transferência para a União Soviética daquela parte da Bucovina, cuja vasta maioria da população está ligada à Ucrânia Soviética, tanto por um destino histórico comum quanto por uma língua e composição nacional comuns”. A demanda soviética pela transferência da Bucovina do Norte era ainda mais justificada porque, em novembro de 1918, a Assembleia Popular da Bucovina, de acordo com a vontade do povo, havia decidido reunificar-se com a Ucrânia Soviética. Em 27 de junho, Davidescu entregou ao governo da URSS uma nota de resposta, que apenas expressava a disposição de negociar. O governo da URSS exigiu uma resposta clara e precisa do enviado romeno sobre se o governo romeno aceitava a proposta soviética. Davidescu respondeu afirmativamente. Em seguida, o governo soviético apresentou um plano específico, que previa: a saída da Bessarábia e da Bucovina do Norte pelas tropas romenas e a ocupação do território da Bessarábia e da Bucovina do Norte pelo Exército Vermelho em quatro dias, a partir das 14h, horário de Moscou, do dia 28 de junho” (POSPELOV, 1960, p. 281).

¹⁰ “A posição da Alemanha era explicada pelo fato de que qualquer incentivo aberto à intransigência da Romênia poderia complicar as relações soviético-alemãs, o que era extremamente desvantajoso para os nazistas na época das batalhas decisivas na França. Além disso, a Alemanha temia perder os campos de petróleo da Romênia, cuja segurança era extremamente importante, em caso de uma escalada do conflito soviético-romeno.” (POSPELOV, 1960, p. 281).

¹¹ “52.704 fuzis, 4.480 pistolas, 1.071 metralhadoras leves e 346 pesadas, 40 morteiros, 258 canhões, cerca de 15 milhões de cartuchos de fuzil, 54.309 granadas, 16.907 minas, 73.320 projéteis, etc.” (POSPELOV, 1960, p. 282). Números de uma vitória em campo de batalha.

¹² “Por toda parte, moradores das aldeias e cidades da Bessarábia e da Bucovina deram as boas-vindas aos soldados do Exército Vermelho, recebendo-os com pão e sal. Manifestações e comícios espontâneos surgiram nas cidades. Particularmente impressionantes foram as manifestações dos trabalhadores em Chisinau, Izmail, Beltsy e Chernivtsi. Organizações progressistas, lideradas por comunistas que emergiram da clandestinidade, criaram comitês para auxiliar o Exército Vermelho. Camponeses auxiliaram as tropas na reparação de estradas e na regulação do tráfego” (POSPELOV, 1960, p. 282).

¹³ “O manifesto do Comitê Regional do Partido da Moldávia, também publicado em julho de 1940, observava: “Os operários e camponeses da Moldávia enviam suas saudações aos irmãos da Bessarábia e da Bucovina, libertados do jugo latifundiário-capitalista, e expressam sua inabalável determinação de travar uma luta contra a ditadura real, contra a guerra imperialista antissoviética, pela amizade com a URSS, por pão, paz, terra e liberdade”” (POSPELOV, 1960, p. 282).

¹⁴ “A proclamação da República Socialista Soviética da Moldávia em 2 de agosto de 1940 marcou o fim da longa luta do povo moldavo pela unificação de seu estado nacional. O povo da Bessarábia expressou sua vontade de criar a República Soviética da Moldávia como parte integrante do estado soviético em 1918, por meio de um referendo. A inclusão da Bucovina do Norte e das regiões do sul da Bessarábia na República Socialista Soviética da Ucrânia foi mais um passo importante em direção à reunificação de todas as terras ucranianas em um único estado. O fortalecimento da segurança das fronteiras meridionais da URSS dependia em grande parte da posição da Turquia, uma vez que esta possuía uma fronteira terrestre com a URSS na Transcaucásia e controlava os estreitos que conectavam o Mar Negro ao Mar Mediterrâneo” (POSPELOV, 1960, p. 282).

¹⁵ Afirma o documento: “La Unión Soviética jamás se ha conformado con la forzada secesión de Besarabia, y lo ha declarado, más de una vez, ante el mundo entero. Ahora que la debilidad militar de la URSS ha caído en el olvido, y la actual situación internacional reclama una pronta solución de problemas pendientes heredados del pasado, para echar, por fin, los cimientos de una paz duradera entre los Estados; la Unión Soviética considera necesario y oportuno - en interés de la justicia -, abordar conjuntamente con Rumania la inmediata resolución del problema de la devolución de Besarabia a la URSS” (LEBEDEV, 1983, p. 98).